

## ANÁLISE DA DIVERSIDADE SOCIOECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE INHANGAPI

Josimar da Silva Freitas  
Marcos Rodrigues  
David Costa Correia Silva  
Ligia Teresinha Simonia

### Resumo

Neste artigo, analisa-se a dinâmica econômica e social existente no município de Inhangapi, estado do Pará. A partir de obtenção de dados secundários em fontes governamentais, fez-se também uma pesquisa primária nesse município. Precisamente, entrevistas foram feitas com representantes do poder público e com cidadãos do meio urbano e rural. Com esse material, realizou-se um comparativo entre as informações levantadas *in loco*, observando principalmente como a dinâmica econômica do município se desenvolveu em anos recentes, sendo a mesma marcada tanto pela presença de setores produtivos modernos como tradicionais. Disso, depreende-se que existe um processo de desenvolvimento econômico em curso, com o crescimento dos setores industrial e agroextrativista, bem como o aumento do trabalho formal, o que se reflete na melhoria das condições de vida, inclusive em comunidades tradicionais.

**Palavras-chave:** Economia Regional, Comunidades tradicionais, Agro-extrativismo.

### ANALYSIS OF SOCIOECONOMIC DIVERSITY IN INHANGAPI MUNICIPALITY

### Abstract

This article examines the existing economic and social dynamics in the municipality of Inhangapi, Para state. In addition to the analysis of secondary governmental data sources, it also draws upon primary research in this municipality. Specifically, interviews were conducted with government representatives and citizens of urban and rural areas. With this material, it conducts a comparison between the information gathered on the spot, paying particular attention to the economic dynamics of the city in recent years, which is characterized by both the presence of modern and traditional productive sectors. Additionally, it appears that there is a process of economic development in progress, with the growth of industrial and agro-extractivism sectors, as well as the increase in formal work, which is reflected in the improvement of living conditions, including in traditional communities.

**Key words:** Regional economy, traditional communities, agro-extractivism.

## 1 Introdução

A problemática do desenvolvimento econômico e social persiste desde muito na pauta do debate acadêmico, político, empresarial e dos movimentos sociais. Inclusive, a mesma vem sendo permeada por questões acerca do desenvolvimento endógeno, da inovação tecnológica, da sustentabilidade e do aprimoramento dos recursos humanos (BATISTA, SIMONIAN, 2013; SACHS, 2004). À luz dessas e de outras abordagens, neste *paper* discute-se a dinâmica econômica e social existente no município de Inhangapi, Pará.

O município de Inhangapi está localizado na Região de Integração do Guamá, ao Nordeste da capital do estado do Pará. De acordo com o censo demográfico de 2010, o município possuía 10.037 habitantes, sendo que 28% dessa população residem no ambiente urbano, enquanto 72% situam-se no meio rural (INSTITUTO..., 2010). No que se referem à estrutura econômica, os dois seguimentos produtivos principais estão ligados à agricultura do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) e da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) e da produção de tijolos e telhas, adicionalmente, a administração pública tem um papel importante no mercado de trabalho local.

Embora conte com uma população pequena, o município possui uma história que remonta ao século XIX. Segundo historiadores, o município de Inhangapi surgiu partir de um núcleo populacional como uma das 43 subprefeituras pertencentes à Belém, sendo reconhecida como freguesia sob invocação de São Vicente Ferrer, e criada pela Lei nº. 14, de 9 de setembro de 1849 (IDESP, 2013). Ainda, de acordo com essa fonte, a mesma foi posteriormente extinta, passando a sede para Castanhal pelo Decreto-Lei nº. 2.972, de 31 de março de 1938, até que no dia 30 de dezembro de 1943, voltou a ser município, isso conforme o Decreto Estadual nº. 4.505.

O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica econômica e social existente no município de Inhangapi, no estado do Pará, quando se compara os dados oficiais com as informações coletadas na visita técnica realizada no município. Partiu-se de uma visão envolvendo atores múltiplos (comunidades tradicionais,<sup>1</sup> governo municipal e setor privado). Ainda, isso foi discutido frente ao processo de desenvolvimento e seus significados os mais diversos.

Além desta introdução, este artigo está estruturado em outras três seções. Na segunda seção, são abordados os indicadores econômicos e de trabalho principais de

---

<sup>1</sup> Discussões sobre esse conceito podem ser encontradas em Silva (2010) e em Simonian (2007, 2005).

Inhangapi, que são confrontados com o paradigma do crescimento econômico como modalidade de desenvolvimento. Na terceira seção, trata-se da questão das comunidades tradicionais quilombolas nesse município, que surgem como uma alternativa de desenvolvimento, que busca respeitar a diversidade cultural e local, isso na tentativa de superar conceitos como “atrasado”, uma vez que remeteriam ao paradigma do crescimento econômico. Por fim, na quarta seção são realizadas algumas considerações finais sobre a relação de desenvolvimento e sociedade em Inhangapi, Pará.

## 2 Economia e Sociedade em Inhangapi

Efetivam-se nessa seção, análises comparando as estatísticas oficiais governamentais com as informações coletadas em campo. Nesse sentido, cabe destacar que no que se referem à economia de Inhangapi, os gestores públicos informaram, a partir da entrevista realizada, que a economia municipal gira em torno do açaí e da empresa de olaria. Essa primeira é recente, enquanto que a segunda é mais antiga e produz tijolos e telhas que são direcionados, sobretudo, para outras cidades.

Desse modo, esta parte do trabalho visa estudar os resultados econômicos alcançados no município por meiodas variáveis: a geração de riqueza, a agricultura e o mercado de trabalho formal. Apesar de se tratar de uma economia relativamente pequena, dado o tamanho da população de Inhangapi, o município possui uma dinâmica interessante. Precisamente, o mesmo possui um setor agrícola e de transformação em expansão, que atende inclusive a outras localidades.

### 2.1 Geração de Riqueza

O crescimento econômico é uma das principais medidas de bem-estar social. Ele expressa a capacidade de uma região em gerar riqueza através da atividade produtiva ao longo do tempo. Tal desempenho é sumarizado no Produto Interno Bruto (PIB) e no PIB *per capita* de uma região.

A Tabela 1 revela o PIB e o PIB *per capita* de Inhangapi. Os dados são recentes, pois foram produzidos no período de 1999 a 2012<sup>2</sup>. Como é possível perceber, a geração de riqueza mensurados a partir do valor do PIB tem apresentado comportamento crescente nos últimos anos após a atualização dos valores. Este contexto destaca que o município não está estagnado e possui potencial para dinamizar sua economia.

Tabela 1: Comparativo do PIB *per capita* em Inhangapi e no estado do Pará no período de 1999 à 2012.

Período	PIB Inhangapi* (em 1000 R\$)	PIB Inhangapi* <i>per capita</i> (em R\$)	PIB* <i>per capita</i> do estado do Pará (em R\$)
1999	20.301,54	2.540,13	5.834,47
2000	18.977,49	2.450,11	6.289,97

<sup>2</sup> A divulgação oficial do PIB no Brasil tem a defasagem de dois anos.

2001	24.116,65	3.068,67	6.849,85
2002	23.543,98	2.953,00	6.672,28
2003	28.585,48	3.535,57	7.233,81
2004	29.419,29	3.580,15	7.812,71
2005	32.634,90	3.924,30	8.377,51
2006	34.406,02	4.082,16	9.078,02
2007	37.432,74	3.902,05	9.640,67
2008	38.932,47	3.841,73	10.269,80
2009	42.170,73	4.046,24	10.210,60
2010	43.222,76	4.282,18	12.169,40
2011	47.157,98	4.615,00	13.059,40
2012	46.863,54	-	-

Fonte: (IBGE; 2014c). Elaboração dos autores.

\*Valores atualizados para o ano de 2013 pelo uso do IGP-DI.

Por meio dos valores da Tabela 1, percebe-se que o PIB *per capita* do município de Inhangapi teve um crescimento médio de 6,28% de 1999 a 2011, o que em termos relativos é um valor bem significativo dado que este crescimento é real (valores foram atualizados para 2013). Entretanto, em termos absolutos, o PIB *per capita* de Inhangapi ficou muito abaixo do PIB *per capita* do Pará, principalmente no ano de 2012, quando a diferença entre o município e o estado chegou a R\$ 8.444,40 (a maior diferença no período), este fato se deve principalmente ao fato que o PIB *per capita* do Pará cresceu 9,53% a.a., uma taxa muito mais elevada que de Inhangapi. Embora esse índice não seja a melhor medida de qualidade de vida, em relação à desigualdade de renda, ele permite observar que a participação da população de Inhangapi na riqueza gerada na economia paraense ainda é baixa.

A Tabela 2 apresenta uma comparação entre o PIB setorial do estado do Pará e do município de Inhangapi para os anos de 1999 e 2012. A partir destes dados é possível verificar qual a importância relativa do município na economia do estado bem como de cada setor frente a economia municipal e sua evolução ao longo dos anos.

Tabela 2: Comparação do PIB por Setor de Inhangapi e Pará nos anos de 1999 e 2012 (em mil R\$, excluído os decimais).

Região	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	1999	2012	1999	2012	1999	2012
<b>Pará</b>	3.942.681	6.027.364	8.537.873	31.364.283	20.621.315	46.105.358
<b>Inhangapi</b>	6.583	10.539	1.370	5.459	12.086	27.863

Fonte: (IBGE, 2014c). Elaboração dos autores.

\*Valores atualizados para o ano de 2013 pelo uso do IGP-DI.

Na Tabela 2, verifica-se que tanto no Pará, quanto em Inhangapi à produção econômica por setor cresceu. No que se refere à economia de Inhangapi em 1999, a participação proporcional o setor agropecuário, indústria e serviços no PIB correspondiam respectivamente a 32,4%, 6,7% e 59,5%; em 2012 a proporção era sequencialmente: 22,4%, 11,6% e 59,4%. No estado do Pará, a proporção do desempenho dos setores agropecuário, indústria e serviços em 1999 foram seguidamente de 9,5%, 20,6% e 49,9%; já em 2012 os valores eram de 6,4%, 33% e 49,5% respectivamente (o percentual necessário para completar os 100% do PIB pertencem a Administração Pública).

As variações setoriais no município nos dois períodos destacados mostram queda da participação do setor agropecuário, e crescimento da indústria e serviços, cabe ressaltar que o setor industrial apresentou um crescimento substancial. No Pará, houve queda na agropecuária e nos serviços, porém, a indústria paraense da mesma maneira que Inhangapi registrou um crescimento substancial em relação à participação no PIB.

Ainda que a participação proporcional da agricultura no PIB da região estudada tenha apresentado queda, de acordo com o prefeito municipal (resultado da entrevista local), o açaí tem (ou passará a ter) um papel importante para o município, segundo ele houve a distribuição de 70 mil mudas da planta proveniente do horto municipal.

## **2.2 A Agricultura**

O estado do Pará, junto ao Mato Grosso, são os maiores exportadores da Amazônia, principalmente devido a produtos primários (aí incluída a produção da agricultura), (TRINDADE, OLIVEIRA, 2011). Reflexo disto é a relevância da atividade agrícola também para o desenvolvimento local. Como pôde ser observada na Tabela 2, a agricultura possui uma significância acima da indústria, que é uma das grandes dinamizadoras da economia, embora tenha perdido relativamente participação na geração de riquezas quando comparada ao setor de serviços.

A agricultura é uma atividade importante em Inhangapi e é um dos pontos de relacionamento com outros municípios, pois, segundo os entrevistados alimentos produzidos nesta localidade são comercializados em outros lugares como Castanhal e Belém, dessa forma, um exame da atividade agrícola possui relevância para verificar a trajetória do setor agrícola municipal.

Observa-se a partir das informações na Tabela 3 que nos últimos cinco anos a lavoura temporária registrou a produção de mandioca (*Manihot esculenta*), milho (*Zea mays*), abacaxi (*Ananas comosus*) e feijão (*Phaseolus spp.*). O destaque maior desse

ramo produtivo é a mandioca, com uma produção sempre superior a 22 mil toneladas. Segundo o vereador Caspian (2014, entrevista), o principal intuito desse cultivo é a produção de farinha que abastece tanto o município, quanto outras cidades.

Tabela 3: Principais produtos da Lavoura temporária em Inhangapi no período de 2009 a 2013.

Produtos	2009	2010	2011	2012	2013
Abacaxi(Mil frutos)	195	-	165	165	165
Feijão em grão (Toneladas)	42	42	42	42	100
Mandioca (Toneladas)	22.500	22.500	27.000	22.500	22.500
Milho em grão (Toneladas)	224	224	256	256	256

Fonte: (INSTITUTO..., 2014a). Elaboração dos autores.

Pela Tabela 4, verifica-se que Inhangapi conta com produção de banana (*Musa spp.*), coco-da-baía (*Cocos nucifera* L.), laranja (*Citrus máxima* Macfad.), pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.), cacau (*Theobroma cacao* L.), maracujá (*Passiflora edulis* Sims), urucum (*Bixa orellana* L.) e dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.). No período destacado, a banana é a principal produção com um volume de mais de 2,5 mil toneladas, mas, a produção o coco-da-baía tem crescido substancialmente nos últimos anos. Cabe ainda destaque o aparecimento do maracujá e da semente de urucum nos últimos dois períodos.

Tabela 4: Principais produtos da Lavoura permanente em Inhangapi no período de 2009 a 2013.

Produtos	2009	2010	2011	2012	2013
Banana (cacho) (Toneladas)	3.189	3.189	2.550	2.550	2.550
Cacau (em amêndoa) (Toneladas)	13	12	45	45	45
Coco-da-baía (Mil frutos)	600	600	1.024	1.024	1.024
Dendê (cacho de coco) (Toneladas)	240	240	256	-	-
Laranja (Toneladas)	675	450	700	400	400
Maracujá (Toneladas)	-	-	45	45	45
Pimenta-do-reino (Toneladas)	200	200	120	120	120
Urucum (semente) (Toneladas)	-	-	8	8	4

Fonte: (INSTITUTO..., 2014a). Elaboração dos autores.

A Tabela 5 traz a quantidade produzida da extração vegetal (silvicultura), nesse ramo, o município estudado tem apenas dois produtos registrados: o açaí e a castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl.). Observa-se que a produção originária da silvicultura, o açaí é um produto de grande relevância, tendo em vista o crescimento exponencial. A produção em 2009 foi de 3,7 mil toneladas, aumentado para 6 mil em 2012. Contudo, apesar do crescimento da produção de açaí ser indicado como extrações vegetais, de acordo com o prefeito foram distribuídas 70 mil mudas de açaí proveniente do horto municipal, com o objetivo de ampliar a produção local e dinamizar a economia do município.

Tabela 5: Principais produtos da Extração Vegetal em Inhangapi no período de 2009 a 2013 (em toneladas).

Produtos	2009	2010	2011	2012	2013
Alimentícios	3.585	3.826	5.795	6.042	5.839
Açaí (fruto)	3.533	3.781	5.750	6.000	5.800
Castanha-da-amazônia	52	45	45	42	39

Fonte: (INSTITUTO..., 2014b). Elaboração dos autores

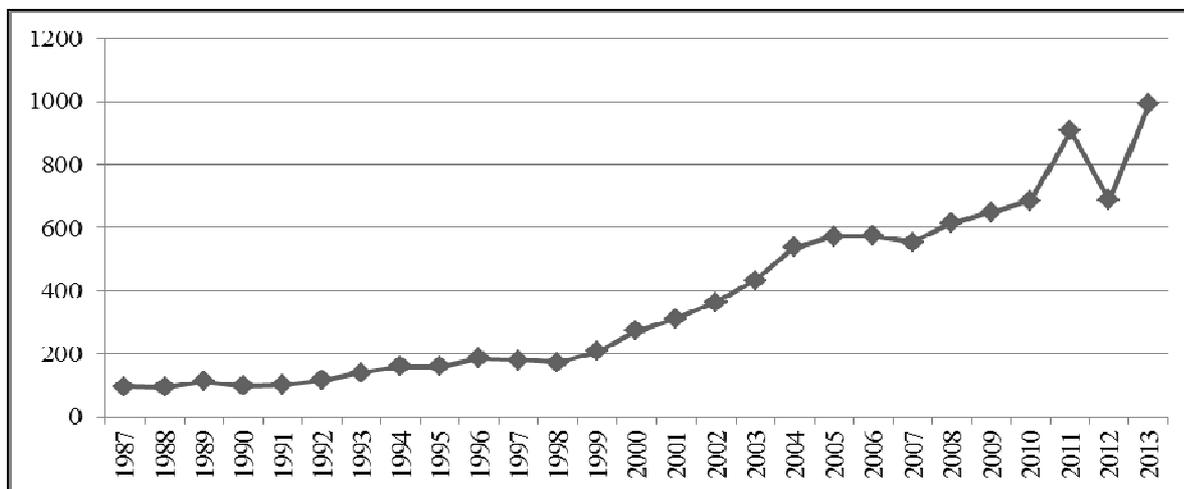
A castanha-da-amazônia aparece com menor expressão dentro da extração vegetal municipal. O açaí possui grande potencial para expansão no município, este fruto é também um dos principais produtos da extração vegetal do estado do Pará. A importância das políticas públicas de manutenção e ampliação da atividade é importante para o desenvolvimento tanto do município como das famílias que irão participar do mercado, gerando emprego e renda.

### **2.3 Mercado de trabalho formal**

O mercado de trabalho formal é um importante indicador de bem-estar social uma vez que embute aos trabalhadores uma série de benesses que os resguarda quanto a eventuais problemas. Exemplos nesse sentido são a obtenção de direitos incluindo a aposentadoria, o fundo de garantia por tempo de serviço e, inclusive, o seguro desemprego além da própria estabilidade de renda proporcionada por um trabalho contínuo. A Figura 1 apresenta dados do mercado de trabalho formal do município de Inhangapi no período entre 1987 e 2013.

Na Figura 1, verifica-se que o emprego formal em Inhangapi tem crescido, sobretudo, a partir dos anos 2000. Desde então, o volume de trabalhadores ultrapassou a marca de 200 de pessoas empregadas. Observa-se uma tendência de crescimento interrompida em dois períodos, a saber: 2007 e 2012, mas já em 2013 foi recuperado o crescimento do emprego.

Figura 1: Mercado de trabalho formal de Inhangapi (1987-2013)



Fonte: BRASIL (2014). Elaboração dos autores.

A Tabela 6 completa a análise do mercado de trabalho de Inhangapi; e em especial, com informações sobre os setores econômicos no período de 2003 a 2013. As mesmas tratam dos três segmentos da economia: os setores primário, secundário e terciário.

Tabela 6: Mercado de Trabalho Formal de Inhangapi (2003-2012)

Setores	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extrativa Mineral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indústria de Transformação	130	195	196	186	200	170	226	256	291	272	316
Serv. Industriais de Utilidade Pública	2	2	2	2	2	0	2	2	2	2	2
Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comércio	18	22	17	13	13	16	28	19	23	16	22
Serviços	15	18	22	24	22	19	29	17	16	16	25
Administração Pública	216	248	272	277	259	351	314	338	505	298	539
Agropecuária	52	53	63	72	57	59	50	53	71	83	90
Total	433	538	572	574	553	615	649	685	908	687	994

Fonte: BRASIL (2014). Elaboração dos autores.

É possível verificar na Tabela 6, que entre os oito setores destacados não há pessoas empregadas nos setores de extração mineral e construção civil. Ainda, confere-se que os dois setores principais na geração de postos de trabalho são: Administração pública e a indústria de transformação, ambos em 2013 corresponderam a 54,2% e 31,8% dos empregos gerados respectivamente. Quanto aos demais setores, eles agrupam os outros 14% dos postos formais.

Nas entrevistas realizadas com o prefeito, vice e alguns vereadores de Inhangapi houve a informação de que havia no município a produção oleira. Segundo os entrevistados, a empresa localizada no município é uma das maiores do estado do Pará. Monteiro, Cruz e Silva (2012) estudando o desenvolvimento da indústria na Amazônia perceberam que o maior crescimento se deu na indústria de extração mineral, mas também destacaram a importância da indústria de transformação, que pode ser categorizada no município pela olaria e pela indústria de açaí.

A conexão das informações com os dados apresentados anteriormente é praticamente linear. Pois, se trata do setor de transformação, o qual é o segundo na geração de emprego em Inhangapi. O setor que mais registra empregos formais no município é o setor público. A dependência desses setores no mercado formal é verificada ao observar que a Figura 1 em especial a queda no nível de emprego no último período, justamente decorrente de uma queda acentuada no estoque de emprego tanto no setor de administração pública quanto na indústria de transformação.

Além de conversar com algumas autoridades municipais, a presente pesquisa visitou algumas áreas quilombolas. Nessa visita, foi possível ver áreas de produção de açaí e farinha de mandioca, adicionalmente, em conversas com alguns moradores muitos trabalham e estudam na cidade, mas pretendem continuar morando na zona rural. Um dos aspectos mais interessantes da pesquisa de campo foi verificar *in loco* a diversidade socioeconômica, a qual é confirmada pelos dados governamentais.

No campo teórico as discussões sobre o que é desenvolvimento nas várias áreas do conhecimento levaram a construção de indicadores estatísticos como PIB e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e, posteriormente, elaboração de *rankings* para indicação dos melhores caminhos que as sociedades deviam seguir. Entretanto, apesar dos esforços dos governos e da sociedade que culminaram inclusive com melhoria dos indicadores as populações das regiões ditas como não desenvolvidas, não sentiram mudanças relevantes. Desse modo, os estudos do desenvolvimento tem se voltado para um aspecto mais prático que é a questão cultural, assim, a próxima seção busca discutir as informações socioeconômicas coletadas nas áreas quilombolas de Inhangapi.

### **3 Quilombos em Inhangapi**

Nesta seção procuramos discutir alguns aspectos teóricos da teoria do desenvolvimento e com o estudo realizado em Inhangapi. O objetivo dessa seção do trabalho é verificar a diversidade socioeconômica em Inhangapi que contempla organizações sofisticadas de economia de mercado e, também, mantém em seu interior estruturas sociais tradicionais.

### **3.1 Aspectos Teóricos Cultura e Desenvolvimento**

A noção aqui estabelecida para caracterizar comunidades tradicionais segue a definição de Simonian (2005, p. 122) como sendo “[...] agrupamentos humanos que têm grau de dependência grande em relação ao ambiente natural, notadamente quanto aos recursos naturais e a um acervo tecnológico e cultural bem simples, em que pese a sua eficiência”. Evidentemente que de meados da década passada muito mudou, embora no essencial essa realidade não se alterasse. Assim, não só o processo de globalização tem avançado e influenciado tais populações, como essas resistem.

Viola (2004) registra críticas às concepções tradicionais de desenvolvimento, as quais estariam fundamentadas numa ideologia de modernização, cálculo econômico utilitarista e desconsideração do que não é ocidental (europeu), ou seja, uma visão reducionista do mundo e das pessoas. As consequências dessa concepção de desenvolvimento ficariam evidentes com as crises ambientais e econômicas da segunda metade do século XX.

A crise instaurada deu a oportunidade de buscar novas visões sobre como as sociedades evoluem no tempo e um dos pontos mais relevantes que é o que difere uma sociedade de outra: a cultura. A questão cultural foi de tal forma importante para o entendimento das diferentes sociedades que organismos supranacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial começaram a tomar a cultura como crucial para formação de projetos de desenvolvimento. Assim, surgiu o conceito de etnodesenvolvimento que é entendido como a capacidade social de um povo construir seu futuro aproveitando sua experiência histórica, recursos, cultura, valores e aspirações.

Observando a transformação do trabalho local é possível adentrar o conceito de *farming culture*, como expõe Carneiro (1998), sendo esse a resposta da agricultura tradicional, baseada na cultura, frente ao processo de modernização, que atua como um homogeneizador do processo de produção, transformando o resultado em mercadoria. Já Pongratz (1990) demonstra a sobrevivência de uma agricultura tradicional, baseada em sua cultura e formas próprias de reprodução frente à modernização da produção agrícola na Alemanha.

A modernização desconsidera problemas que impliquem em tensões, conflitos e mesmo violência entre os seres humanos. São exemplos disso, a superprodução, a concentração fundiária, o desemprego, os impactos ambientais e sobre a saúde humana, entre outros. Assim, Carneiro (1998) argumenta que existe possibilidade para convivência entre a tradição cultural e a modernização, desqualificando adjetivos como “tradicional” ou “atrasado”.

A respeito do termo quilombo, Calheiros e Stadtler (2010) revelam que foi originariamente utilizado no Brasil para designar movimentos de resistência de escravos

que escapavam do sistema escravocrata vigente no período colonial e imperial. A persistência dos quilombos após o fim da escravidão marca a continuidade da resistência contra a opressão. Nos termos de Calheiros e Stadtler (2010), na atualidade, isso se reflete na busca de parte dos quilombolas, principalmente pelo reconhecimento e assistência pelas políticas e ações públicas.

### **3.2 Observações das Comunidades**

A maior parte da população de Inhangapi habita o meio rural, essa situação decorre da formação socioeconômica do município que contempla uma gama relevante de populações tradicionais, em especial de quilombolas. Em Inhangapi, são destacadas três comunidades quilombolas, a saber: Itaboca, Quatro Bocas e Cacoal (CPISP, 2014). Como foi destacada anteriormente, a parte maior da população desse município está localizada no campo, isso sugere que uma parte relevante das atividades econômicas desenvolvidas nessa região ainda está na informalidade.

Como foi possível observar na Tabela 6, o setor agropecuário é o terceiro setor que mais emprega, atrás da indústria de transformação e da administração pública. Dado que predomina neste setor atividades que requerem maior uso de mão-de-obra (açai e a mandioca), este setor também é fundamental para a geração de renda, seja pelo emprego de uma população trabalhadora, como também pela renda proporcionada pela venda dos produtos (transformação em mercadoria).

A produção agrícola não necessariamente necessita ser convertida em mercadoria e comercializada, ela também pode ser utilizada para o consumo familiar, suprimindo as necessidades dos indivíduos. Essa prática é mais comumente encontrada nas comunidades tradicionais ou na agricultura campesina (COSTA, 2012). A própria produção de farinha pelas comunidades quilombolas de Inhangapi, através de métodos tradicionais de produção é um exemplo de como a produção não necessita estar voltada para o mercado para simbolizar uma questão de racionalidade.

Somente a racionalidade econômica seria considerada no caso de produção de mercadorias, desconsiderando as atividades culturais, que além de prover a subsistência familiar também envolve práticas que sobrevivem e se perpetuam ao longo das gerações. Desse modo, os métodos tradicionais de produção coexistem em uma realidade múltipla, onde as tecnologias advindas do processo de modernização e da racionalidade econômica compartilham espaço com o tradicional. Ainda, diga-se que, como colocado anteriormente, não está ligado ao atraso, mas a um modo particular de convívio e dependência com os recursos naturais.

A modernização não é um processo indesejável. Porém, há de ser alcançada respeitando os limites e tradições históricas destas comunidades. Como se depreende de

Furtado (2005, p. 71), “A modernização é útil, necessária, as comunidades a almejam sim, porém com adequação, sem perdas de seu patrimônio físico e cultural, sem perdas de seus espaços de vida – de sua territorialidade – socialmente construídos”.

Pôde-se perceber dentro de algumas comunidades de Inhangapi um processo de mudança de sua relação com o meio. A urbanização promovida pelo poder público reconhece parcialmente as colocações de Calheiros e Stadtler (2010) e a busca pelo reconhecimento a partir de políticas públicas, onde é possível perceber a existência de iluminação, escolas públicas municipais e inclusive vias asfaltadas. Tais condições alteram a vida e a cultura local, pois, de um lado, melhoram as condições de vida da população local, mas de outro ameaçam a continuidade da cultura e tradições locais.

Como foi possível perceber que, além da iluminação, a energia elétrica trouxe o bem estar para o lar dos moradores, mas também ameaça o convívio e reprodução social. De todo modo e como já relatado, a vontade de permanecer na comunidade é forte entre os moradores. Já em outras comunidades ainda em Inhangapi, a tradição continua mais forte, embora seu grau de urbanização seja mais reduzido frente às demais.

#### **4 Considerações Finais**

As informações disponibilizadas pelos gestores públicos entrevistados, os quais destacaram a empresa do setor de olaria e a produção de açaí foi confirmada pelos dados governamentais. Observou-se ainda que a geração de riqueza no município foi progressiva mesmo entre setores, o mesmo se pode falar do mercado de trabalho formal, pois, na maioria dos períodos há crescimento no número de postos de trabalho. Apesar da agricultura, vale ressaltar o papel destacado na silvicultura pelo açaí, porém, este produto também é plantado, logo não se trata apenas de extração vegetal em termos de coleta, pois, naturalmente, há o manejo dessa planta.

Na lavoura temporária, a produção de mandioca possui destaque, segundo os entrevistados a farinha é uma importante fonte de divisas para população. E, apesar de não terem sido mencionados nas entrevistas, os produtos oriundos das lavouras permanentes, o chamado coco-da-baía tem crescido em produção. Aliás, já é o segundo produto desse ramo de atividade atrás da banana.

A diversidade socioeconômica em Inhangapi é constatada com o contraste das atividades desenvolvidas nos ambientes urbano e rural. No ambiente urbano tende a predominar o mercado formalizado no contexto de uma economia de mercado enquanto nas áreas rurais as relações informais. Porém, cabe ressaltar que essa informalidade não limita a atividade produtiva, como foi visto, nas comunidades quilombolas a produção de açaí e farinha tem como destino tanto Inhangapi quanto outras cidades, incluindo Belém.

Além disso, a olaria (indústria de transformação) mostra um caráter modernizante da economia local. Isso porque ela faz parte do setor que agrega valor e apenas pode ser realizada em regiões com algum grau de desenvolvimento. Nessa direção, se poderá aproveitar os recursos naturais e a estrutura urbana, tais como estrada e energia.

Sugere-se que trabalhos posteriores possam adentrar mais na análise da evolução econômica e social do município de Inhangapi. Assim, se poderá realizar um comparativo com outros municípios da região e destacando as trajetórias diversas tomadas. Isso poderá ocorrer tanto dentro do planejamento público, como também quanto ao papel do mercado e das instituições no processo.

## Referências

BATISTA, I. M. da S.; SIMONIAN, L. T. L. Implicações políticas, econômicas e socioambientais da RESEX Mãe Grande de Curuçá: perspectivas de desenvolvimento sustentável no estuário paraense? **Novos Cadernos do NAEA**, v. 16, n. 1, Suplemento, p. 203-220, jun. 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Indicadores Sociais (RAIS)**. 2014. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pdet>>. Acesso em 17 dez. 2014.

CALHEIROS, F. P.; STADTLER, H. H. Coraciara. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, vol.13, n.1, p. 133-139, 2010.

CARDOSO, C. E. L. **Competitividade e inovação tecnológica na cadeia agroindustrial de fécula de mandioca no Brasil**. 2003. 188 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba: Universidade de São Paulo, 2003.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 53-75, 1998.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO (CPI/SP). **Terras quilombolas**. 2014. Disponível em: <[http://www.cpisp.org.br/terras/asp/terras\\_tabela\\_print.aspx](http://www.cpisp.org.br/terras/asp/terras_tabela_print.aspx)>. Acesso em 30 Jun. 2014.

COSTA, F. de A. **Formação agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA, 2012.

FURTADO, L. G. Comunidades tradicionais: sobrevivências e preservação ambiental. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994. p. 67-74. (Coleção Eduardo Galvão).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. 2010. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_preliminares/preliminar\\_tab\\_municipio\\_zip.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/preliminar_tab_municipio_zip.shtm). Acesso em 21 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Produção agrícola municipal**. 2014a. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em 28 jun. de 2014

\_\_\_\_\_. **Produção da extração vegetal e silvicultura**. 2014b. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em 28 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Produto interno bruto dos municípios**. 2014c. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em 16 dez. 2014.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ (IDESP). **Estatística municipal: Inhangapi**. 2013. Disponível em <http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/EstatisticaMunicipal/pdf/Inhangapi.pdf>. Acesso em 30 Jun. 2014.

MONTEIRO, M. de A.; CRUZ, A. G.; SILVA, R. P. da. Localização, competitividade e tendências da indústria na Amazônia (1996-2010). **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 2, p. 111-141, 2012.

PONGRATZ, H. Cultural tradition and social change in agriculture. **Sociologia Ruralis**, v. XXX, n. 1, p. 5-17, 1990.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SILVA, J. B. da. Elementos para a construção do sentido e o significado do conceito de população tradicional e sua importância para o século XXI. **Rev. de Humanidades do Curso de Ciências Sociais**, Macapá, UNIFAP, n. 3, p. 83-92, dez. 2010.



SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN-VACA, L. E. (Org.). **Populações e meio ambiente na pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UNESCO, 2007. p. 25-44.

\_\_\_\_\_. Pesquisas em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 1, n. 2, p. 119-134, 2005.

TRINDADE, J. R.; OLIVEIRA, W. P. de. Especialização produtiva primária e meio ambiente em período recente na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 2, p. 283-302, 2011.

VILPOUX, O. Desempenho dos arranjos institucionais e minimização dos custos de transação: transações entre produtores e fecculárias de mandioca. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 49, n. 2, p. 271-294, 2011.

VIOLA, A. **Antropología del desarrollo**: teorías y estudios etnográficos en América Latina. Paidós: Barcelona, 2004.